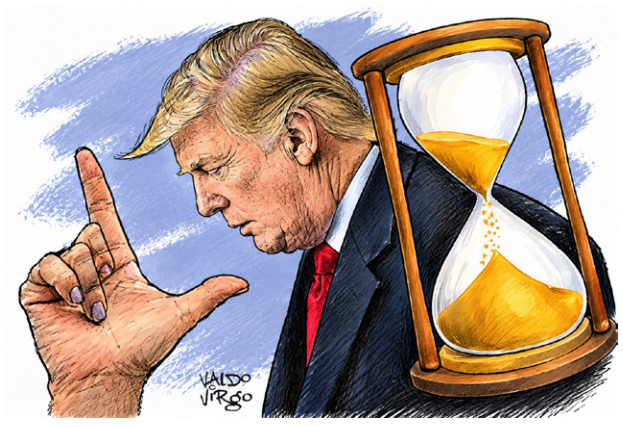
NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Esquerda aguarda derrota de Trump e festeja vitória de Lula

Donald Trump não está na cédula das eleições norte-americanas de hoje, mas seu governo está em julgamento. Os dois principais cenários desenhados pelas pesquisas representam derrotas políticas para a Casa Branca: perder a Câmara dos Representantes ou entregar também o Senado aos democratas. O segundo seria o pior dos mundos. A expressão "pato manco", usada para definir presidentes em fim de mandato e com influência declinante, ganharia conteúdo imediato. Trump conservaria poderes importantes, mas encontraria obstáculos para transformar suas decisões em políticas duradouras.

É preciso, porém, distinguir o favoritismo da sentença das urnas. As pesquisas finais do *The New York Times*/Siena mostram democratas numericamente à frente nos sete estados considerados decisivos para o Senado, inclusive Texas e Kansas, tradicionais fortalezas republicanas. O próprio instituto adverte que a maioria permanece em disputa. Há precedentes de subestimação do voto trumpista, cujos eleitores resistem mais a responder aos pesquisadores. O tamanho da onda azul dependerá de quem efetivamente for às urnas.

Custo de vida, combustíveis, insegurança econômica e os gastos da guerra no Irã formam o coquetel que corrói a promessa de prosperidade de Trump. A repressão migratória também tem efeitos colaterais: parte dos eleitores que apoiou o controle da fronteira rejeita operações que atingem trabalhadores, desorganizam famílias e retiram mão de obra das empresas. Entre os hispânicos, protagonistas do avanço republicano em 2024, há uma espécie de mea culpa.

Trump e Barack Obama protagonizam os polos nacionais desse confronto, embora o Partido Democrata reúna lideranças e correntes diversas. O presidente tenta converter a votação numa prova de fidelidade pessoal. O ex-presidente mobiliza a oposição para transformar o descontentamento em participação. Nos distritos e estados competitivos, entretanto, a disputa exige candidatos capazes de dialogar com valores religiosos e comunidades locais, cujas preocupações materiais podem atravessar fronteiras que pareciam intransponíveis.

É nesse ambiente que a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva adquire significado internacional. A derrota de Flávio Bolsonaro frustrou a possibilidade de um alinhamento do maior país sul-americano com o projeto de poder associado a Trump. Nesse sentido, está sendo interpretada pela opinião pública mundial como uma derrota política do presidente norte-americano. Preserva a presença de um Brasil como uma das âncoras dos BRICS, empenhado em manter autonomia diplomática e interlocução com diferentes centros de poder. Uma vitória bolsonarista seria disruptiva do ponto de vista da política externa brasileira.

Pragmatismo

Na Europa, a vitória de Lula ofereceu às esquerdas uma referência para enfrentar a sensação de inevitabilidade do avanço da extrema-direita. Seu valor é político e simbólico, pois mostra que mobilização social, alianças amplas e defesa das instituições podem produzir uma vitória do campo da democracia. Isso não significa que o eleitorado europeu reproduzirá o brasileiro, nem que protestos e campanhas tenham passado a obedecer a um impulso vindo de Brasília. Cada país tem seus próprios conflitos.

A derrota de Flávio, que está nos Estados Unidos, também favorece aos democratas norte-americanos. Defender a democracia exige respostas às condições de vida que alimentam a insatisfação popular. Quando a política perde contato com emprego, renda, preços e segurança, deixa um espaço que os adversários ocupam. A experiência brasileira foi uma combinação de defesa institucional e compromisso social. Essa não uma receita exportável, mas enfraquece a ideia de que a onda conservadora seja um destino.

O México ocupa posição particular nessa equação. A integração econômica com os Estados Unidos convive com pressões sobre imigração, segurança e comércio. A relação de "morde e assopra" decorre dessa interdependência: Washington ameaça, mas também precisa negociar. Para mexicanos e brasileiros, uma eventual derrota republicana pode ampliar os interlocutores no Congresso e criar obstáculos a iniciativas coercitivas. Não elimina, contudo, os instrumentos de pressão da Casa Branca nem dissolve interesses nacionais conflitantes.

Para Lula, um Trump enfraquecido oferece oportunidades e riscos. Uma Câmara democrata ampliaria a fiscalização, a perda do Senado dificultaria nomeações e elevaria o custo político de iniciativas do governo. Mas o presidente conservaria o veto e instrumentos executivos relevantes. Pressionado internamente, poderia procurar compensações na política externa e na sua nova doutrina de defesa nacional. O Brasil precisa ampliar as pontes, inclusive com republicanos, sem transformar o relacionamento bilateral numa extensão da disputa partidária americana.

O fato é que a vitória brasileira e uma possível onda azul nos Estados Unidos podem marcar limites à projeção internacional de Trump, ancorada no seu poder militar e tecnológico. É precipitado anunciar seu esgotamento, diante da força de intervenção que ainda deterá. O Brasil precisa combinar firmeza na soberania, cautela diante das provocações e perseverança diplomática. Com Trump derrotado nas urnas, administrar as relações com os Estados Unidos não comporta soberba e continuará exigindo pragmatismo.

PODER

Ministério da Segurança deve ter político à frente

Para presidente da ADPF, futuro titular precisa ter perfil articulador e vontade de dialogar

» LUÍZA ALTOÉ



Reprodução/TV Brasília

O presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF), Edvandir Paiva, defendeu que, caso seja criado o Ministério da Segurança Pública, seja comandado por um nome que tenha, além de conhecimento técnico, grande capacidade de diálogo e de articulação política. Na entrevista que concedeu aos jornalistas Ronayre Nunes e Lucas Mobile, na edição de ontem do *CB.Poder* — programa realizado pelo **Correio** em parceria com a TV Brasília —, ele sugeriu que o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) seria o nome certo para a pasta. E justificou a escolha: o cenário de maioria da oposição no Congresso e nos governos estaduais, a partir de 2027, reforça a necessidade de um nome que tenha experiência de negociação para que pautas da área de segurança e a demandas de interesse da ADPF tenham andamento.

"O presidente deu declarações de que seu governo vai priorizar a segurança pública. Então, vai ter que escalar como ministro alguém extremamente relevante e com essa capacidade de diálogo, experiência, conhecimento dos problemas — como o vice-presidente teve quando foi governador de São Paulo. Se não for ele, um nome grande, um político expressivo", propôs.

Paiva destacou que a criação de uma pasta exclusiva para segurança pública pode ser positiva, mas dependerá de que assumir o comando. Para ele, o nome escolhido pelo presidente será um indicativo de qual é a prioridade que o governo dará para a segurança pública nos próximos anos.

"Se o presidente colocar uma pessoa coadjuvante na segurança pública, significa que não é o assunto principal. Talvez não seja um momento de um nome técnico, de uma pessoa que não temos certeza da sua capacidade de articulação e diálogo no campo político", avalia.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se comprometeu publicamente a criar um ministério da segurança pública assim que o Congresso Nacional aprovar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública, cuja análise está prevista para hoje. A nova pasta é uma promessa de ampliar a atuação do governo no combate ao crime organizado.

Para o futuro ministério, um dos nomes cogitados é o do procurador Lincoln Gakiya, do Ministério Público de São Paulo (MP-SP). Ele é considerado inimigo número um do Primeiro Comando da Capital (PCC) e um grande conhecedor do alcance da facção criminosa dentro e fora do Brasil. Além disso, é crítico à classificação do PCC e do Comando Vermelho como organizações terroristas pelo governo dos Estados Unidos.

Segundo Paiva, o texto da PEC não é o "ideal", mas representa um avanço no combate à criminalidade. Para ele, a matéria não trata de temas importantes para a Polícia Federal, como a definição de mandato e lista tríplice para o diretor-geral da corporação, além dos recursos destinados à instituição e à segurança pública.

"Perdemos oportunidade de colocar no texto constitucional que somente um delegado de carreira pode dirigir a PF. É uma proteção importante que hoje está em lei", observa.

Invasão de atribuições

Paiva alerta, ainda, para um dispositivo adicionado na PEC, durante a tramitação no Senado, que amplia a atuação da Polícia Legislativa em investigações criminais. Segundo ele, o dispositivo invade atribuições da PF e cria dúvidas sobre as prerrogativas das instituições. Se aprovado, a ADPF pretende buscar o STF para discutir o alcance e a inconstitucionalidade do trecho.

"Na prática, pode haver uma interpretação de que a Polícia Legislativa pode fazer investigações, no limite até de parlamentares, que é uma atribuição da PF, segundo a Constituição. Pode causar confusão, interpretações e entraves para o trabalho da PF", explica.

Questionado sobre o futuro da Polícia Federal, Paiva defendeu que a instituição tenha uma atuação distante das discussões políticas. "A população não pode identificar a PF como uma polícia do governo atual, da oposição, do ministro do Supremo Tribunal Federal. Queremos a PF longe da discussão político-eleitoral", defendeu.

> **O presidente deu declarações de que seu governo vai priorizar a segurança pública. Então, vai ter que escalar como ministro alguém extremamente relevante e com essa capacidade de diálogo, experiência, conhecimento dos problemas — como o vice-presidente teve quando foi governador de São Paulo. Se não for ele, um nome grande, um político expressivo"**
>
> ***Edvandir Paiva,*** *presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF)*

